

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

- 1.1. Encaminha-se o presente Termo de Referência que versa sobre a aquisição de computadores e *hardwares* para a atualização e estruturação da Subsecretaria de Projetos do Escritório de Gerenciamento de Convênios e Projetos (EGCP), subordinada à Secretaria da Casa Civil, conforme condições, especificações e exigências estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.
- 1.2. Requisitante: Secretaria da Casa Civil, por meio da Subsecretaria de Projetos (EGCP).
- 1.3. Fundamentação Legal: art. 28, I, e o art. 29, ambos da Lei Nacional nº 14.133/2021 – Pregão sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.
- 1.4. Tipo: Menor preço, nos termos do art. 6º, XLI, da Lei Nacional nº. 14.133/2021.

2. DO OBJETIVO

- 2.1. Constitui objetivo da contratação em comento, atualizar e estruturar a Subsecretaria de Projetos do Escritório de Gerenciamento de Convênios e Projetos (EGCP), por meio da aquisição dos bens referidos neste Termo.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. A aquisição de computadores e *hardwares* para a Subsecretaria de Projetos faz-se necessária diante das normas contidas no Decreto Federal nº 10.306/2020, que estabelece a utilização do *Building Information Modelling* na execução direta ou indireta de obras e serviços de engenharia realizada pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública, no âmbito da Estratégia Nacional de Disseminação do *Building Information Modelling* – Estratégia BIM BR, instituída pelo Decreto nº 9.983/2019.
- 3.2. Em decorrência da disseminação da denominada tecnologia BIM (*Building Information Modeling*), os computadores e *hardwares* atuais da Subsecretaria de Projetos do EGCP tornaram-se obsoletos por não suportarem as demandas diárias para a efetivação das ações para os municípios.
- 3.3. A obsolescência dos atuais equipamentos do órgão faz com que os trabalhos que são desenvolvidos atualmente fiquem fragmentados e até impedidos, sem que se consiga, assim, atingir os objetivos do órgão.
- 3.4. Nessa visão, é imprescindível a atualização dos computadores e *hardwares* para a própria eficiência, transparência e continuidade dos serviços públicos e para que não haja, até mesmo, a suspensão ou descontinuação dos serviços atuais, com perda de ativo atualmente instalado, dificultando a realização de novas ações e atividades por falta da devida estrutura que suporte a nova tecnologia.

4. DO QUANTITATIVO

- 4.1. A tabela a seguir descreve detalhadamente o objeto deste Termo de Referência:

CATMAT	PC Desktop NOVO para uso do <i>software</i> BIM (Building Information Modeling) e renderização	UNIDADE	QTDE
457071	<ul style="list-style-type: none"> • Soquete CPU compatível com processador. Conexões PCIe Gen3 x4 para SSD NVME e x16 para GPU, USB, SATA, 2 x DDR4 DIMM <i>Dual Channel</i> 3200GHz, Rede <i>Ethernet Gigabit</i>, Audio <i>Realtek®</i> CODEC - Alta Definição - canais 2/4/5.1/7.1, Portas USB: 6 x 3.2 Gen 1 e 6 x USB 2.0/1.1, conexão M.2 (Soquete 3, chave M, tipo 2280 SATA e PCIe 3.0 x4/x2 SSD, 1 slot <i>PCI Express</i> x16 com suporte a PCIe 3.0 em x16 e 1 <i>slot PCI Express</i> x1 com suporte a PCIe 3.0 em x1- ou superior com pontuação <i>PassMark CPU Mark</i> de 17.700 com cooler, • CPU processador CLOCK BASE de 3.9 GHZ mínimo 6 CORES; • 32 GB de capacidade e 3200MHz de <i>clock</i> - ou superior; • SSD M.2 PCIe NVME Gen3 x4 – 512 GB de capacidade de armazenamento e 1700 MB/s de velocidade de leitura e escrita – ou superior; • LCD LED, tamanho 23" de diagonal, resolução FHD 1920x1080 <i>pixel</i>, Painel IPS, compatível com HDR10, frequência de 144Hz, compatível com <i>FreeSync</i> e <i>G-Sync</i>, Conexões HDMI e <i>DisplayPort</i>, 1 ms tempo de resposta - ou superior; • <i>Microsoft Windows 11 Pro 64 bits</i>; • <i>GPU com Pontuação PassMark G3D Mark de 14.000, 6GB RAM GDDR6, PCIe 3.0 x16 - ou super - “Conexões HDMI e DisplayPort”</i> • <i>Gabinete Torre com: suporte para placa mãe compatível com o item 1; Slots de expansão: 7, Compartimentos: 2 x 2,5" e 2 x 3,5" ou 2,5", Portas de Entrada/Saída: USB 2.0 x 2, USB 3.0 x 1, Áudio x 1, Microfone x 1, suporte para ventiaadores: Frente - 120/140mm x3, Traseira - 120mm x 1, Topo - 120mm x 2, altura do cooler da CPU até 160mm, comprimento da GPU até 305mm, filtros de poeira: Superior e Inferior, dimensões do gabinete: 370x210x480mm - ou superior;</i> • Teclado de computador ABNT, conexão USB, cabo resistente a derramamentos - máximo derramamento de líquido de 60 ml, resistente a até 10 milhões de toques de tecla, não flexível - ou superior, com teclado numérico; 	un.	10

	<ul style="list-style-type: none">· Mouse com fio, conexão USB, com sensor óptico com 1000 DPI, 3 botões e roda de rolagem óptica, <i>Plug-and-Play</i>, tecnologia <i>Silent Touch</i> ou clique silencioso - ou superior;· Fonte ATX Estabilizada, voltagem automática, potência de 600W, certificação 80 <i>Plus Silver</i>, PFC ativo - ou superior;· Cabos: HDMI 2.0 ou <i>DisplayPort</i> 1.4 e alimentação - ou superior		
--	---	--	--

4.2. O quantitativo solicitado foi determinado pelo contingente de arquitetos e engenheiros lotados na Subsecretaria de Projetos, do Escritório de Gerenciamento de Projetos e Convênios (EGCP), subordinado a Secretaria da Casa Civil, de modo a atender a demanda necessária, com atualização dos projetos municipais ao sistema BIM, com recurso próprio.

5. DOS QUANTITATIVOS E LOCAIS DE ENTREGA

5.1. A Contratada deverá atender à ordem de fornecimento expedida pela Unidade Requisitante.

5.2. A entrega dos bens deverá ser realizada no Escritório de Gerenciamento de Projetos (EGCP), subordinado a Secretaria da Casa Civil, no seguinte endereço: Av. Alberto Braune, n.º 224, sala 13 – Centro, “prédio da OI”, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00h às 17:00h.

6. DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

6.1. A Unidade Requisitante entrará em contato direta e formalmente com a Contratada para que esta realize a entrega dos bens, no prazo de 30 (trinta) dias após emitida a Nota de Empenho.

6.2. A entrega deverá ser realizada no horário e local descrito no subitem 5.2 deste Termo de Referência.

6.3. A falta do(s) bem(ns) não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento objeto deste Termo de Referência, e não eximirá a fornecedora Contratada das sanções a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência, nos demais documentos afins e na legislação incidente.

6.4. Em hipótese alguma serão aceitos bens em desacordo com as condições ora pactuadas, ficando sob responsabilidade da Contratada o controle de qualidade do fornecimento, bem como a repetição, às suas próprias custas, para correção de falhas, visando à apresentação da qualidade e dos resultados requisitados.

6.5. A Contratada ficará sujeita as seguintes condições:

- 6.5.1. Entregar os produtos contendo, em sua embalagem, a data de fabricação, validade e/ou vida útil.
- 6.5.2. Seguir programação do órgão requisitante, quanto à data, horário, local e quantidade a serem entregues.
- 6.5.3. Comprometer-se a dar total garantia quanto à qualidade dos bens fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas, de qualquer bem entregue comprovadamente em desacordo com este Termo de Referência, ou seja, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos.

7. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMO “COMUNS”

- 7.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da legislação vigente.

8. DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 8.1. Os bens serão recebidos:

8.1.1. *Provisoriamente*, a partir da entrega, observando-se o subitem 6.1 para efeitos de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, demais documentos afins e na legislação de regência. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias úteis pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

8.1.2. *Definitivamente*, após verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e das propostas. Sua consequente aceitação se dará em até 03 (três) dias úteis a contar do recebimento provisório.

8.1.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem 8.1.2 não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório.

8.1.4 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da aquisição dos bens previstos no presente Termo de Referência correrão por conta do elemento de despesa e fonte de recurso abaixo descrito:

9.1.1. **Elemento de Despesa – 449052.01**

9.1.2. **Fonte de Recurso – 17050000020**

9.2. Quanto aos Programas de Trabalho, serão utilizados de acordo com as especificações a seguir:

9.2.1. **Secretaria da Casa Civil – 06001.0412200012.002**

9.3. As *Notas Fiscais completas* deverão ser emitidas em nome do Município de Nova Friburgo, consignando-se o CNPJ n.º 28606630/0001-23 e o seguinte endereço: Av. Alberto Braune, n.º 225, Centro, Nova Friburgo/RJ, CEP 28613-001.

10. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

10.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações dispostas neste Termo de Referência, em observância ao Decreto Municipal nº 313 de 10 de outubro de 2019 e Decreto Municipal nº 258 de 27 de setembro de 2018.

10.2 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto Municipal nº 313 de 10 de outubro de 2019 e Decreto Municipal nº 258 de 27 de setembro de 2018, desde que as Certidões listadas abaixo estejam dentro da validade.

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal- abrangem as Contribuições Sociais;
- FGTS;
- PGE- Referente Dívida Ativa Estadual;
- Municipal- referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual -CND- referente ao ICMS.

10.3 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da agência e Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

10.4 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

11. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

11.1. Não poderão participar do presente processo de contratação as empresas que estiverem sob dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública.

11.2. Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidades vinculadas ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Caberá ao Município-Contratante:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais, os termos de sua proposta e a legislação de regência;
- b) Receber provisoriamente os bens, disponibilizando local, data e horário;
- c) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos;
- d) Aceitar e receber definitivamente os bens, avaliando as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta;
- e) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

- f) Efetuar o pagamento no prazo previsto, desde que adimplida(s) a(s) obrigação(ões) pela Contratada;
- g) Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela Contratada;

12.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. São obrigações da Contratada:

- a) Ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo;
- b) Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, todos na voltagem de 220V ou *bivolt* (automático), no prazo e local indicado pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência, da proposta e documentos afins, acompanhada da respectiva *Nota Fiscal Eletrônica completa*, onde devem constar detalhadamente as indicações da marca, do fabricante, modelo, tipo, da procedência e do prazo de garantia, quando for o caso, acompanhadas das certidões de regularidade fiscais citadas nas letras 'a' à 'e' do item 11.1;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do(s) bem(ns), de acordo com os arts. 12,13,18 e 26, todos do Código de Defesa do Consumidor – Lei Nacional n.º 8.078/1990. Esse dever implica, inclusive, na obrigação da Contratada substituir, reparar, corrigir, remover ou reconstruir as suas expensas, e a critério da Contratante, no prazo máximo de 03 (três) dias, o bem com avarias, defeitos ou em desacordo com o Termo de Referência;
- c) Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente contratação;
- d) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas expressamente no Termo de Referência ou na minuta do contrato;
- e) Responsabilizar-se exclusivamente pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- f) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação documental;
- g) manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;
- h) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação.

14. DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS

14.1. Na forma do art. 45 da Lei n.º 9.784/1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação da Contratada, e motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Não será admitida a subcontratação do objeto tratado no presente Termo de Referência, salvo autorização expressa e formal do Contratante, encartada neste processo.

16. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

16.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com ou em outra pessoa jurídica, desde que observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na presente contratação, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência **expressa** da Administração quanto à continuidade do contrato.

17. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

17.1. A Contratada deverá atender o critério de sustentabilidade ambiental previsto na Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 01, de 19/01/2010 expedida pela Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no uso das atribuições que lhe confere o art. 28 do Anexo I ao Decreto Federal n.º 7.063/2010, e tendo em vista o disposto na Lei Nacional n.º 14.133/2021, no art. 2º, I e V, da Lei Nacional n.º 6.938/1981, e nos arts. 170, VI, e 225, ambos da Constituição Federal.

18. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

18.1. O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos pelo fiscal do contrato, representante da Administração municipal especialmente designado conforme requisitos estabelecidos no art. 7.º da Lei Nacional n.º 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

18.2. Ao representante da Contratante competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração, na forma dos arts. 117 e 140 da Lei Nacional n.º 14.133/2021.

18.3. Para acompanhamento e fiscalização da execução do presente contrato, ficam designados os agentes públicos abaixo informados:

a) Willian Romão Marques – mat. n.º 199.397, que será o Gestor Titular;

b) Eduardo de Medeiros Portilho – mat. n.º 100.643, que será o Gestor Substituto;

c) Hiroji Fujimaki – mat. n.º 115301, que será o Fiscal Titular;

d) Osvaldo Enoc Acacio Cardino – mat. n.º 199397, que será o Fiscal Substituto.

18.4. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhado os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

18.5. O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

18.6. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência, em documentos afins e na legislação de regência.

18.7. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei Nacional nº. 14.133/2021.

19. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA

19.1. O presente documento foi elaborado pelo setor requisitante.

19.2. A interpretação das normas sobre responsabilidade na gestão pública deve considerar os obstáculos e as dificuldades reais do órgão requisitante e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados. Devem ser consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do órgão requisitante.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante que:

- a) der causa à inexecução parcial de eventual contrato;
- b) der causa à inexecução parcial de eventual contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total de eventual contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falso ou prestar declaração falsa durante a execução de eventual contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução de eventual contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

20.2 Serão aplicadas ao licitante que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência, quando o licitante der causa à inexecução parcial de eventual contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) Multa:

- (1) moratória de 0,5% por dia de atraso** injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias;
- (2) moratória de 0,5 % por dia de atraso injustificado sobre o valor total, nos casos de eventual contrato, até o máximo de 30 % pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

* O atraso superior a 20 dias autoriza a Administração a promover a extinção de eventual contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

- (3) compensatória de 15% sobre o valor total de eventual contrato, no caso de inexecução total do objeto;

20.3 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);

20.4 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021);

20.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);

20.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Município do licitante, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

20.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

- 20.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao licitante, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 20.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- i) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - j) as peculiaridades do caso concreto;
 - k) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - l) os danos que dela provierem para o Município;
 - m) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 20.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 20.8 A personalidade jurídica do licitante poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou eventual Contrato a ser celebrado, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o licitante, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 20.9 O Município deverá, no prazo máximo 30 (trinta) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 20.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21;
- 20.11 Os débitos do licitante para com a Administração, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo Termo de Referência ou de contratos administrativos que o licitante possua com o mesmo órgão, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

21. DA RESCISÃO

21.1 O inadimplemento de qualquer cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação de regência, por parte do Contratado, assegurará a Secretaria da Casa Civil de Nova Friburgo o direito de rescindi-la, mediante notificação via *e-mail* ou, alternativamente, por correios, com a prova de recebimento.

21.2. Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 137 da Lei Nacional n.º 14.133/2021, constituem motivos para a rescisão do contrato:

a) Atraso injustificado na prestação dos serviços, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação a Secretaria da Casa Civil;

b) Cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelos representantes da Secretaria da Casa Civil;

21.3. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do art. 138, I, da Lei Nacional n.º 14.133/2021, aplicando-se, no que couber, as disposições dos §§ 1.º e 2.º do mesmo artigo, bem como as do art.139, do mesmo diploma legal.

22. DO FORO

22.1. Fica eleito o foro da Comarca de Nova Friburgo/RJ com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas da presente contratação, desde que não puderem ser solucionadas administrativamente.

Nova Friburgo, 04 de julho de 2023.

Pierre da Silva Moraes

Secretário da Casa Civil – EGCP
Mat. nº 062.728

Luan Leite Feijó

Subsecretaria de Projetos -EGCP
Mat. nº 115.288